

**MS Participações S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

# **MS Participações S.A.**

## **Demonstrações contábeis**

31 de dezembro de 2024

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	1
<b>Demonstrações contábeis auditadas</b>	
Balancos patrimoniais .....	4
Demonstrações dos resultados .....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas .....	9

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Aos acionistas e Administradores da  
**MS Participações S.A.**  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da MS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Shape the future  
with confidence

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future  
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC 2SP-034519/O

Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

**MS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**BALANÇOS PATRIMIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	48	3	21.369	706
Contas a receber de clientes	4	-	-	9.268	4.210
Estoques	6	-	-	11.787	10.227
Dividendos a receber		18.090	14.408	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	7.824	3.334
Outros tributos a recuperar		5	6	84	66
Conta de ressarcimento	7	-	-	8	-
Outros ativos		-	-	7.267	1.892
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>18.143</b>	<b>14.417</b>	<b>57.607</b>	<b>20.435</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Cauções e depósitos vinculados	5	-	-	258.974	208.076
Conta de ressarcimento	7	-	-	6.038	3.507
Tributos diferidos		-	13	11.337	2.188
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	3.337	-
Investimentos em controladas	8	401.648	295.786	-	-
Outros ativos		-	-	97	97
Imobilizado, líquido	9	94	118	273.247	281.963
Intangível, líquido		24	83	4.121	4.449
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>401.766</b>	<b>296.000</b>	<b>557.151</b>	<b>500.280</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>419.909</b>	<b>310.417</b>	<b>614.758</b>	<b>520.715</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores		2	3	8.716	3.046
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	18.924	18.675
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	108	1.477
Conta de ressarcimento	7	-	-	36.682	8.983
Passivo de arrendamento		-	-	-	523
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	2.013	2.048
Outros tributos a pagar		-	-	579	440
Dividendos a pagar		3.044	852	3.044	852
Outras obrigações		-	-	11	-
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.046</b>	<b>855</b>	<b>70.077</b>	<b>36.044</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	121.381	140.054
Conta de ressarcimento	7	-	-	964	22.056
Passivo de arrendamento		-	-	-	8.413
Provisão para desmobilização		-	-	4.965	4.378
Tributos diferidos		-	-	301	-
Dividendos a pagar		-	771	-	771
Outras obrigações		-	-	207	208
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>-</b>	<b>771</b>	<b>127.818</b>	<b>175.880</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social subscrito e integralizado		256.493	221.738	256.493	221.738
Reserva de lucros		160.370	87.053	160.370	87.053
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	11	<b>416.863</b>	<b>308.791</b>	<b>416.863</b>	<b>308.791</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>419.909</b>	<b>310.417</b>	<b>614.758</b>	<b>520.715</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	12	-	-	83.919	91.151
Custo de produção e operação de energia	13	-	-	(46.747)	(36.113)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.172</b>	<b>55.038</b>
Gerais e administrativas		(167)	(125)	(1.504)	(3.671)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	114	707	(705)
<b>TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>(167)</b>	<b>(11)</b>	<b>(797)</b>	<b>(4.376)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(167)</b>	<b>(11)</b>	<b>36.375</b>	<b>50.662</b>
Receitas financeiras		-	8	30.794	20.439
Despesas financeiras		-	-	(12.422)	(17.476)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	14	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>18.372</b>	<b>2.963</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>74.737</b>	<b>44.849</b>	<b>54.747</b>	<b>53.625</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	20.199	(9.327)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	(209)	551
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	15	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.990</b>	<b>(8.776)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>74.737</b>	<b>44.849</b>	<b>74.737</b>	<b>44.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	74.737	44.849	74.737	44.849
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>74.737</b>	<b>44.849</b>	<b>74.737</b>	<b>44.849</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**MS PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>180.713</b>	<b>3.136</b>	<b>39.920</b>	<b>-</b>	<b>223.769</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	44.849	<b>44.849</b>
Aumento de capital social		41.025	-	-	-	<b>41.025</b>
Constituição de Reserva legal		-	2.242	-	(2.242)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	41.755	(41.755)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(852)	<b>(852)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>11</b>	<b>221.738</b>	<b>5.378</b>	<b>81.675</b>	<b>-</b>	<b>308.791</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	74.737	<b>74.737</b>
Aumento de capital social		34.755	-	-	-	<b>34.755</b>
Constituição de Reserva legal		-	3.737	-	(3.737)	-
Constituição de Reserva de investimentos		-	-	69.580	(69.580)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(1.420)	<b>(1.420)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>11</b>	<b>256.493</b>	<b>9.115</b>	<b>151.255</b>	<b>-</b>	<b>416.863</b>

## MS PARTICIPAÇÕES S.A.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro Líquido do exercício	74.737	44.849	74.737	44.849
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	13 83	92	15.965	17.781
Atualização monetária de ressarcimento	14 -	-	265	1.386
Juros sobre passivo de arrendamento	14 -	-	797	909
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	14 -	-	(19.154)	(19.338)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-	(1)	-	(1)
Encargos financeiros de dívidas	14 -	-	8.681	9.445
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	209	(551)
Resultado de equivalência patrimonial	(74.902)	(44.852)	-	-
	<b>(82)</b>	<b>88</b>	<b>81.500</b>	<b>54.480</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>	<b>572</b>	<b>529</b>	<b>(4.627)</b>	<b>(27.468)</b>
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-	4	-	4
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-	32	-	32
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(560)	(560)	(5.100)	(10.711)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (Juros)	-	-	(6.265)	(7.046)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-	-	(797)	(909)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(70)</b>	<b>93</b>	<b>64.711</b>	<b>8.382</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	(25.602)	(20.412)
Aumento de capital social em controladas	(34.640)	(41.120)	-	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-	-	1.404	1.404
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(34.640)</b>	<b>(41.120)</b>	<b>(24.198)</b>	<b>(19.008)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	-	-	(33.176)	(20.487)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	-	-	(19.001)	(17.793)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	-	(1.839)	(62)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-	-	(589)	(589)
Aumento de capital	11 34.755	41.025	34.755	41.025
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>34.755</b>	<b>41.025</b>	<b>(19.850)</b>	<b>2.094</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	45	(2)	20.663	(8.532)
	3	5	706	9.238
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>48</b>	<b>3</b>	<b>21.369</b>	<b>706</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1 INFORMAÇÕES GERAIS

A MS Participações Societárias S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em 17 de setembro de 2021, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 17, Pinheiros, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, tem por objetivo a participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é controlada diretamente pela Auren Participações S.A. (anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A.) e pela Auren Energia S.A.

As controladas incluídas nas demonstrações consolidadas, possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") a seguinte autorização e registro de geração, conforme Leilão de Energia de Reserva ("LER") e portaria do Ministério de Minas e Energia ("MME"):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de Aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Bela Vista	2º LER/2009	741/2010	20/08/2010	19/08/2045	35 anos	13	27,3	11,8
Embuaca	2º LER/2009	732/2010	18/08/2010	17/08/2045	35 anos	13	27,3	11,1
Icarai	2º LER/2009	601/2010	01/07/2010	30/06/2045	35 anos	8	16,8	7,8
Mar e Terra	2º LER/2009	867/2010	26/10/2010	25/10/2045	35 anos	11	23,1	8,4
						45	94,5	39,1

### Comercialização de energia elétrica

A comercialização de energia elétrica das controladas, é como segue:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Bela Vista	2º LER/2009	CCEE	96.360	351,10	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Embuaca	2º LER/2009	CCEE	96.360	347,51	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Icarai	2º LER/2009	CCEE	61.320	347,54	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Mar e Terra	2º LER/2009	CCEE	70.080	351,12	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
			<b>324.120</b>					

### 1.1. Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora direta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 28 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## **2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--** Continuação

---

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar prejuízo no exercício no montante de R\$12.470 (R\$15.609 em dezembro de 2023), está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. O principal motivo para as circunstâncias mencionadas acima decorre dos compromissos assumidos ligados à construção do complexo, e restrições de geração impostas pelo agente regulador nos ativos eólicos em operação, que impactou negativamente a geração de caixa das empresas. Adicionalmente, apesar do risco de constrained-off mencionado na nota 16 (c.2), a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia e suas controladas fazem o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adotam premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia e suas controladas avaliaram os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
---	--

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

Até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia e suas controladas pretendem adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

## 2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

## 3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Numerário disponível	48	3	5.656	278
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	-	-	10.709	428
Quotas de fundos de investimento (a)	-	-	5.004	-
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>3</b>	<b>21.369</b>	<b>706</b>

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas

Os Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (99% em 31 de dezembro de 2023).

## 4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos de contas a receber incluem valores referentes ao suprimento de energia elétrica, incluindo transações no mercado de curto prazo. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado e podem ser reduzidos por perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

#### 4 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES--Continuação

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

A abertura do contas a receber de clientes por vencimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Leilões de Energia Eólica	9.268	4.210
<b>Total</b>	<b>9.268</b>	<b>4.210</b>

#### 5 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Consolidado	
	2024	2023
<b><u>Não Circulante</u></b>		
Garantias de financiamento (i)	256.925	206.027
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	2.049	2.049
<b>Total</b>	<b>258.974</b>	<b>208.076</b>

- (i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da Companhia no montante de R\$ 258.974 na Demonstração contábil consolidada. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos de emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 95,48% do CDI.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as controladas possuem depósitos judiciais para litígios cíveis, relacionado a processos de servidão administrativa referente a implantação da linha de transmissão. A Companhia e suas controladas têm a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável.

A movimentação das cauções e depósitos vinculados para os exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>169.683</b>
Adições	96.031
Atualização monetária	19.339
Baixas e resgates	(76.977)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>208.076</b>
Adições	122.331
Atualização monetária	19.154
Baixas e resgates	(90.587)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>258.974</b>

## 6 ESTOQUES

---

	Consolidado	
	2024	2023
Almoxarifado	11.787	10.227
<b>Total</b>	<b>11.787</b>	<b>10.227</b>

O almoxarifado é composto por materiais de reposição (peças sobressalentes). Os estoques são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável, e são avaliados com base no “custo médio ponderado”.

## 7 CONTA DE RESSARCIMENTO

---

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre a Companhia que opera contratos do LER 2009, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

- Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância - 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2009.
- Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2009.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2009 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2009. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2009. O segundo ciclo do LER 2009 se encerrou em junho de 2021.

## 7 CONTA DE RESSARCIMENTO--Continuação

A movimentação dos saldos de ressarcimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>123</b>	<b>52.374</b>
Adição / reversão	3.384	10.726
Amortização	-	(36.327)
Transferência	-	2.880
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>3.507</b>	<b>31.039</b>
Adição / reversão	(790)	14.410
Amortização	-	(11.298)
Transferência	3.329	3.329
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.046</b>	<b>37.646</b>
<b>Circulante</b>	<b>8</b>	<b>36.682</b>
<b>Não circulante</b>	<b>6.038</b>	<b>964</b>

### Cronograma de processamento dos ressarcimentos

Os eventos de *Constrained-off* ("c-off") de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional - SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de c-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período "provisório" do c-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período "provisório" do c-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes aos ressarcimentos do período "definitivo" do c-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

## 8 INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2024	2023
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	395.736	288.184
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial - JOA	5.912	7.602
<b>Total</b>	<b>401.648</b>	<b>295.786</b>

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2023	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2024
Bela Vista	95.766	(2.683)	4.309	24.719	(422)	121.689
Embuaca	68.335	(364)	14.285	19.151	(422)	100.985
Icarai	59.930	(244)	7.160	12.605	(422)	79.029
Mar e Terra	71.755	(390)	8.886	20.117	(423)	99.945
<b>Total</b>	<b>295.786</b>	<b>(3.681)</b>	<b>34.640</b>	<b>76.592</b>	<b>(1.689)</b>	<b>401.648</b>

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Dividendos mínimos obrigatórios	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (i)	31/12/2023
Bela Vista	78.952	(293)	2.695	15.433	(1.021)	95.766
Embuaca	39.588	(273)	15.100	14.940	(1.020)	68.335
Icarai	39.073	(179)	12.630	9.426	(1.020)	59.930
Mar e Terra	53.119	(174)	10.695	9.135	(1.020)	71.755
<b>Total</b>	<b>210.732</b>	<b>(919)</b>	<b>41.120</b>	<b>48.934</b>	<b>(4.081)</b>	<b>295.786</b>

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção destes empreendimentos, a Controladora captou recursos por meio de empréstimos de longo prazo, no início de suas operações. Em função do ativo qualificável estar registrado nas Controladas e os financiamentos durante o período de construção na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”. A movimentação do saldo em 31 de dezembro de 2024 refere-se apenas a amortização do saldo, uma vez que, as controladas estão em operação.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do patrimônio líquido	Valor do capital social	Lucro líquido do exercício
Bela Vista	67.981.703	177.428	83.070	94.358	47.179	24.719
Embuaca	118.431.138	167.762	67.815	99.947	66.945	19.151
Icarai	101.124.295	111.089	32.463	78.626	49.290	12.605
Mar e Terra	88.551.802	152.396	53.882	98.514	52.389	20.117
<b>Total</b>		<b>608.675</b>	<b>237.230</b>	<b>371.445</b>	<b>215.803</b>	<b>76.592</b>

## 9 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

### (a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				2023
	2024			Saldo líquido	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,17%	70.667	(34.740)	35.927	38.164
Máquinas e equipamentos	4,01%	362.586	(189.688)	172.898	187.047
Móveis e utensílios e outros	6,25%	977	(830)	147	190
Veículos	14,29%	621	(404)	217	271
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>434.851</b>	<b>(225.662)</b>	<b>209.189</b>	<b>225.672</b>
Imobilizado em curso (i)		64.058	-	64.058	48.755
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>		<b>498.909</b>	<b>(225.662)</b>	<b>273.247</b>	<b>274.427</b>
Direito de uso de terreno arrendado		-	-	-	7.536
<b>Total Imobilizado</b>		<b>498.909</b>	<b>(225.662)</b>	<b>273.247</b>	<b>281.963</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

## 9 IMOBILIZADO--Continuação

### (b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração (ii)	Juros capitalizados	Transferências (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.667	-	-	-	-	70.667
Máquinas e equipamentos	362.456	-	-	-	130	362.586
Móveis e utensílios e outros	978	-	-	-	(1)	977
Veículos	621	-	-	-	-	621
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>434.722</b>	-	-	-	<b>129</b>	<b>434.851</b>
Imobilizado em curso	48.755	25.602	-	-	(10.299)	64.058
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>483.477</b>	<b>25.602</b>	-	-	<b>10.170</b>	<b>498.909</b>
Direito de uso de terreno arrendado	11.530	-	(11.530)	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>495.007</b>	<b>25.602</b>	<b>(11.530)</b>	-	<b>(10.170)</b>	<b>498.909</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(213.044)	(15.643)	4.621	(1.689)	93	(225.662)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>281.963</b>	<b>9.959</b>	<b>(6.909)</b>	<b>(1.689)</b>	<b>(10.077)</b>	<b>273.247</b>

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Juros Capitalizados	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	70.628	-	-	-	39	70.667
Máquinas e equipamentos	384.696	-	(28.442)	-	6.202	362.456
Móveis e utensílios e outros	819	-	-	-	159	978
Veículos	572	-	-	-	49	621
<b>Imobilizado em serviço</b>	<b>456.715</b>	-	<b>(28.442)</b>	-	<b>6.449</b>	<b>434.722</b>
Imobilizado em curso	24.170	16.331	-	4.081	4.173	48.755
<b>Bens vinculados às concessão e autorizações</b>	<b>480.885</b>	<b>16.331</b>	<b>(28.442)</b>	<b>4.081</b>	<b>10.622</b>	<b>483.477</b>
Direito de uso de terreno arrendado	13.328	-	(2.088)	-	290	11.530
<b>Subtotal</b>	<b>494.213</b>	<b>16.331</b>	<b>(30.530)</b>	<b>4.081</b>	<b>10.912</b>	<b>495.007</b>
Depreciação / Amortização arrendamento	(198.236)	(17.486)	5.379	(3.786)	1.085	(213.044)
<b>Total Imobilizado</b>	<b>295.977</b>	<b>(1.155)</b>	<b>(25.151)</b>	<b>295</b>	<b>11.997</b>	<b>281.963</b>

- (i) Refere-se às reclassificações do imobilizado para estoque.
- (ii) A Companhia objetivando alinhamento com as premissas do grupo Auren, procedeu a revisão do reconhecimento contábil dos contratos de arrendamento, concluindo pela remensuração da estimativa contábil daqueles que possuem contraprestação variável. Sendo assim, para os contratos com cláusulas de pagamento que exijam contraprestação variável de acordo com o faturamento, deverão ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.
- (iii)

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 10 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

		Consolidado									
		2024									
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Circulante			Não Circulante			Total	Total circulante + não circulante	
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação			
BNB	2030	4.751	157	(518)	4.390	25.057	522	(2.289)	23.290	27.680	
BNDES	2029	1.964	29	(195)	1.798	7.694	-	(765)	6.929	8.727	
BNB	2030	4.391	69	(562)	3.898	25.460	-	(2.483)	22.977	26.875	
BNDES	2030	1.637	28	(154)	1.511	7.231	-	(681)	6.550	8.061	
BNB	2031	2.270	53	(323)	2.000	20.258	-	(1.748)	18.510	20.510	
BNDES	2029	1.701	25	(116)	1.610	6.523	-	(446)	6.077	7.687	
BNB	2033	2.553	122	(431)	2.244	33.900	676	(3.199)	31.377	33.621	
BNDES	2029	1.596	25	(148)	1.473	6.250	-	(579)	5.671	7.144	
<b>Total da dívida</b>		<b>20.863</b>	<b>508</b>	<b>(2.447)</b>	<b>18.924</b>	<b>132.373</b>	<b>1.198</b>	<b>(12.190)</b>	<b>121.381</b>	<b>140.305</b>	

		Consolidado									
		2023									
Empréstimos e financiamentos	Vencimento	Principal	Circulante			Não Circulante			Total	Total circulante + não circulante	
			Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação			
BNB	2030	3.815	765	(431)	4.149	29.808	-	(2.336)	27.472	31.621	
BNDES	2029	1.948	38	(195)	1.791	9.577	-	(960)	8.617	10.408	
BNB	2030	3.986	79	(475)	3.590	29.851	-	(2.574)	27.277	30.867	
BNDES	2030	1.623	35	(154)	1.504	8.793	-	(835)	7.958	9.462	
BNB	2031	2.018	57	(273)	1.802	22.528	-	(1.748)	20.780	22.582	
BNDES	2029	1.688	32	(116)	1.604	8.156	-	(563)	7.593	9.197	
BNB	2033	2.295	849	(374)	2.770	36.454	-	(3.150)	33.304	36.074	
BNDES	2029	1.582	32	(149)	1.465	7.780	-	(727)	7.053	8.518	
<b>Total da dívida</b>		<b>18.955</b>	<b>1.887</b>	<b>(2.167)</b>	<b>18.675</b>	<b>152.947</b>	<b>-</b>	<b>(12.893)</b>	<b>140.054</b>	<b>158.729</b>	

### 10.1 Movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>174.185</b>
Encargos financeiros	6.732
Variação monetária	484
Pagamento de principal	(17.793)
Pagamento de encargos financeiros	(7.046)
Diferimento dos custos de transação	(62)
Amortização dos custos de transação	2.229
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>158.729</b>
Encargos financeiros	6.107
Variação monetária	314
Pagamento de principal	(19.001)
Pagamento de encargos financeiros	(6.265)
Diferimento dos custos de transação	(1.839)
Amortização dos custos de transação	2.260
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>140.305</b>

### 10.2 Características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Eólica	Descrição	Valor Ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Bela Vista	BNB	54.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	27.680	Maio/2030	Construção do Parque Eólico
Bela Vista	BNDES	29.100	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	8.727	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico
Embuaca	BNB	59.700	01/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	26.875	Maio/2030	Construção do Parque Eólico
Embuaca	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,76%	Mensal	Mensal	8.061	Maio/2030	Construção do Parque Eólico
Icarai	BNB	33.900	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	20.510	Maio/2031	Construção do Parque Eólico
Icarai	BNDES	25.400	16/07/2013	TJLP + 1,66%	Mensal	Mensal	7.687	Outubro/2029	Construção do Parque Eólico
Mar e Terra	BNB	50.000	27/05/2013	2,50% (pré)	Semestral	Semestral	33.621	Maio/2033	Construção do Parque Eólico
Mar e Terra	BNDES	23.700	16/07/2013	TJLP + 1,88%	Mensal	Mensal	7.144	Novembro/2029	Construção do Parque Eólico

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS--Continuação

### 10.3 Parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante.

	Consolidado			
	Empréstimos e Financiamentos	Encargos	Custos de transação	Total
2025	-	-	-	-
2026	21.514	132	(2.447)	19.199
2027	23.619	138	(2.447)	21.310
2028	24.290	146	(2.447)	21.989
2029	26.987	185	(2.400)	24.772
Após 2030	35.963	597	(2.449)	34.111
<b>Total</b>	<b>132.373</b>	<b>1.198</b>	<b>(12.190)</b>	<b>121.381</b>

### 10.4 Compromissos financeiros - “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos empréstimos e financiamentos.

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. - BNDES e BNB	ICSD: $\geq 1,3x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

## 11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 11.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o quadro acionário da Companhia é composto como segue:

	2024	2023
	Quantidade	Quantidade
<b>Acionistas</b>		
Auren Operações S.A.	1.838.782.805	1.804.027.805
<b>Total das ações ordinárias</b>	<b>1.838.782.805</b>	<b>1.804.027.805</b>

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$256.493 (R\$221.738 em 31 de dezembro de 2023), composto por 1.838.782.805 (1.804.027.805 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

#### Aumento de capital

Em 31 de março de 2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$12.105. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

## **11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação**

---

### **11.1 Capital Social--Continuação**

#### **Aumento de capital--Continuação**

Em 30 de junho de 2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 5.220. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 16 de dezembro de 2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 14.010. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

Em 31 de dezembro de 2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 3.420. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

### **11.2 Reservas de lucros**

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, constituiu uma reserva de R\$3.737 (R\$2.242 em 31 de dezembro de 2023).

Para atender a projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$ 69.580 (R\$41.755 em 31 de dezembro de 2023).

### **11.3 Destinação dos resultados**

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, foi constituído dividendos mínimos de R\$ 1.420 (R\$852 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

## **12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

---

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

## 12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Companhia transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

### (c) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Companhia e suas controladas é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor do contrato a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos bilaterais	89.257	77.792
Ressarcimento de energia	(1.750)	16.183
Mercado de curto prazo	151	29
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>87.658</b>	<b>94.004</b>
(-) PIS e COFINS	(3.739)	(2.841)
(-) ICMS	-	(12)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>83.919</b>	<b>91.151</b>

## 13 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(9.553)	-
Mercado de curto prazo	(96)	(19)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(7.206)	(6.236)
Taxa de fiscalização ANEEL	(429)	(390)
<b>Subtotal</b>	<b>(17.284)</b>	<b>(6.645)</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(9.707)	(8.939)
Material	(1.450)	(2.497)
Depreciação e amortização	(15.882)	(17.689)
Seguros	(1.853)	-
Arrendamentos e aluguéis	(571)	(196)
Contribuições setoriais	-	(68)
Outros custos operacionais	-	(79)
<b>Subtotal</b>	<b>(29.463)</b>	<b>(29.468)</b>
<b>Total</b>	<b>(46.747)</b>	<b>(36.113)</b>

## 14 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	-	1	395	947
Rendimentos de cauções e depósitos vinculados	-	-	19.154	19.338
Variações monetárias	-	2	9.607	95
Outras receitas financeiras	-	5	1.638	59
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>30.794</b>	<b>20.439</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	-	-	(8.681)	(9.445)
Atualização provisão desmobilização	-	-	(587)	(1.227)
Atualização ressarcimento	-	-	(265)	(1.386)
Juros sobre arrendamento	-	-	(797)	(909)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado /intangível em curso	-	-	(1.689)	(4.082)
Tarifas e encargos bancários	-	-	(380)	(283)
Outras despesas financeiras	-	-	(23)	(144)
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(12.422)</b>	<b>(17.476)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>18.372</b>	<b>2.963</b>

## 15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

## 15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora		Consolidado	
	2024		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	74.737	74.737	54.747	54.747
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(18.684)</b>	<b>(6.726)</b>	<b>(13.687)</b>	<b>(4.927)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	18.726	6.741	-	-
Despesas não necessárias	(15)	(5)	(15)	(5)
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(27)	(10)	(27)	(10)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	9.089	2.464
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	19.743	7.939
Ativo s/ PF/BN sobre JOA	-	-	(423)	(152)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	<b>14.680</b>	<b>5.310</b>
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	26,81%	9,70%
Corrente	-	-	14.820	5.379
Diferido	-	-	(140)	(69)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.680</b>	<b>5.310</b>

  

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	44.849	44.849	53.625	53.625
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(11.212)</b>	<b>(4.036)</b>	<b>(13.406)</b>	<b>(4.826)</b>
<b>Adições e Exclusões à base:</b>				
Equivalência Patrimonial	11.213	4.037	-	-
Despesas não necessárias	29	10	29	10
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	(30)	(11)	(30)	(11)
Ajuste Lucro Presumido	-	-	8.456	2.732
<b>Ajuste de Imposto</b>				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(295)	(55)
Outros Ajustes	-	-	8	-
Ativo s/ PF/BN sobre JOA	-	-	(1.021)	(367)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(0)</b>	<b>(0)</b>	<b>(6.259)</b>	<b>(2.517)</b>
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	-11,67%	-4,69%
Corrente	-	-	(6.617)	(2.710)
Diferido	-	-	358	193
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(6.259)</b>	<b>(2.517)</b>

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### 16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Numerário disponível	3	5.656	5.656	278	278	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromis	3	10.709	10.709	428	428	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	5.004	5.004	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	9.268	9.268	4.210	4.210	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	5	258.974	258.974	208.076	208.076	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7	6.046	6.046	3.507	3.507	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>295.657</b>	<b>295.657</b>	<b>216.499</b>	<b>216.499</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores		8.716	8.716	3.046	3.046	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	10	140.305	140.305	158.729	158.729	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas		108	108	1.477	1.477	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7	37.646	37.646	31.039	31.039	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		-	-	8.936	8.936	Custo amortizado
Dividendos a pagar		3.044	3.044	1.623	1.623	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>189.819</b>	<b>189.819</b>	<b>204.850</b>	<b>204.850</b>	

Para a rubrica empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

### 16.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e cauções e depósitos vinculados.

##### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

##### Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	21.369	706	21.369	706
Contas a receber de clientes	9.268	4.210	9.268	4.210
Cauções e depósitos vinculados	258.974	208.076	258.974	208.076
<b>Total</b>	<b>289.611</b>	<b>212.992</b>	<b>289.611</b>	<b>212.992</b>

##### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos e financiamentos	140.305	158.729	140.305	158.729
Caixa e equivalentes de caixa	(21.369)	(706)	(21.369)	(706)
Garantias de financiamento	(256.925)	(206.027)	(256.925)	(206.027)
<b>Dívida líquida</b>	<b>(137.989)</b>	<b>(48.004)</b>	<b>(137.989)</b>	<b>(48.004)</b>
Patrimônio líquido	416.863	308.791	416.863	308.791
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>-33,10%</b>	<b>-15,55%</b>	<b>-33,10%</b>	<b>-15,55%</b>

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 10.4.

##### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia e suas controladas, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Empréstimos e financiamentos" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 7. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora				Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos		
Fornecedores	2	-	-	-	2	3
Dividendos a pagar	-	3.044	-	-	3.044	1.623
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3.044</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.046</b>	<b>1.626</b>

  

	Consolidado					
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	3.046	-	-	-	-	3.046
Empréstimos e financiamentos	2.372	24.011	54.008	75.909	19.020	199.249
Passivo de arrendamento	-	-	-	-	-	9.385
Dividendos a pagar	-	3.044	-	-	-	1.623
<b>Total</b>	<b>5.418</b>	<b>27.055</b>	<b>54.008</b>	<b>75.909</b>	<b>19.020</b>	<b>213.303</b>

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos remunerados pela variação da TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é:

	Consolidado	
	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	10.709	428
Quotas de fundos de investimento	5.004	-
Conta de ressarcimento	(31.600)	(27.532)
Empréstimos e financiamentos	(153.744)	(173.789)
<b>Total</b>	<b>(169.631)</b>	<b>(200.893)</b>

Os montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas a TJLP e juros pré-fixados e não contemplam os saldos de custos a amortizar.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, TJLP e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável: a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das garantias de financiamento, empréstimos e financiamentos e ressarcimento.

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações Financeiras	Risco	31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>CDI</b>			<b>6,95%</b>	<b>10,43%</b>	<b>13,90%</b>	<b>17,38%</b>	<b>20,85%</b>
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	10.709	744	1.117	1.489	1.861	2.233
Quotas de fundos de investimento	CDI	5.004	348	522	696	870	1.043
<b>Impacto no resultado</b>			<b>1.092</b>	<b>1.639</b>	<b>2.185</b>	<b>2.731</b>	<b>3.276</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>1.092</b>	<b>1.639</b>	<b>2.185</b>	<b>2.731</b>	<b>3.276</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
<b>IPCA</b>			<b>2,50%</b>	<b>3,75%</b>	<b>5,00%</b>	<b>6,25%</b>	<b>7,50%</b>
Ressarcimento - ativo	IPCA	3.507	88	132	175	219	263
Ressarcimento - passivo	IPCA	(31.039)	(776)	(1.164)	(1.552)	(1.940)	(2.328)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(688)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>(1.377)</b>	<b>(1.721)</b>	<b>(2.065)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(688)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>(1.377)</b>	<b>(1.721)</b>	<b>(2.065)</b>

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), conforme detalhado na nota explicativa nº 10. No entanto, apenas a dívida junto ao BNDES possui incertezas com relação ao indexador, a dívida com o BNB é indexada com juros pré-fixados descartando com isso incertezas na execução futura do contrato.

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

##### (b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Consolidado		Projeção Resultado financeiro - 01 ano					
Empréstimos e financiamentos	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
TJLP			2,82%	4,23%	5,65%	7,06%	8,47%
BNDES - Complexo Mandacarú e Salinas	TJLP	(41.284)	(2.557)	(3.472)	(4.391)	(5.311)	(6.230)
Impacto no resultado			(2.557)	(3.472)	(4.391)	(5.311)	(6.230)
Total da exposição líquida			(2.557)	(3.472)	(4.391)	(5.311)	(6.230)

##### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Todos os índices financeiros acima mencionados foram integralmente acompanhados pela Administração da Companhia. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao grupo econômico da Auren, incluindo as sociedades por ela controladas direta ou indiretamente, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do grupo Auren no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, que consolida o compromisso das empresas do Grupo com o desenvolvimento sustentável e determina as diretrizes a serem incorporadas na gestão cotidiana dos negócios da Auren, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas

###### Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período definitivo (outubro de 2021 em diante).

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos por *constrained-off* serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ingressaram com ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar, o que foi concedido. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, é esperado que a CCEE divulgue em breve um calendário para reprocessamento dos ressarcimentos referentes ao período definitivo, com a apuração do ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

## 16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### 16.2 Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

##### (c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

###### **Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares**

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, o caderno de regras da CCEE “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”, o qual foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passou a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros passaram a ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome das associações ABEEÓLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.

Fruto da discussão jurídica, a ABEEÓLICA e ABSOLAR conjuntamente, representando a Companhia e outras associadas, impetraram requerimento administrativo com pedido de medida cautelar com vistas ao afastamento da exigência de lastro e de penalidades por insuficiência de lastro de energia de reserva de fontes eólica e solar, determinadas pela resolução em questão. Entretanto, a ANEEL votou “por não conhecer, devido sua intempestividade e por protocolado em face de norma geral e abstrata” através do Despacho nº 661/2022, o qual as requerentes questionaram através de um pedido de reconsideração, igualmente indeferido.

Em dezembro de 2022, em decorrência do processo de apuração de lastro, a CCEE enviou aos agentes, incluindo a Companhia, Termos de Notificação de Sanção por Lastro de Energia. Foram recebidas Notificações para 3 usinas UFV Guaimbê I, EOL da Prata e EOL Ventos do Nordeste, totalizando R\$177 referente ao ano de 2021. Mais adiante, com a aquisição pela Companhia de novos ativos, a Companhia foi notificada de suas penalidades em parte das usinas, sendo elas as eólicas Ventos De Santa Joana VI, Ventos De Santa Joana VIII, Ventos De Santa Joana XIV, Ventos De Santo Onofre I, Ventos De Santo Onofre III, Ventos De Santa Brígida I, Ventos De Santa Brígida II, Ventos De Santa Brígida III, Ventos De Santa Brígida IV, Ventos De Santa Brígida V, Ventos De Santa Brígida VI e Ventos De Santa Brígida VII, totalizando R\$650 para o mesmo período.

Considerando os documentos recebidos, a Companhia contestou as cobranças oficialmente através de solicitação à CCEE de recebimento da referida contestação, atribuindo a ela o efeito suspensivo que lhe é próprio. Assim, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração da CCEE, após avaliar os fundamentos e razões de impugnação deliberou, em primeiro momento, pelo sobrestamento da análise da contestação do Termo de Notificação.

Em janeiro de 2023, a ABEEólica e a ABSOLAR, em continuidade ao trabalho jurídico de parecer, em conjunto com seus associados, protocolaram ação judicial para afastamento da indevida penalidade de lastro de energia de reserva. Em fevereiro de 2023, foi deferida a tutela de urgência requerida nos autos da Ação, onde a decisão é por suspender a exigência de lastro de energia de reserva, bem como qualquer contabilização, imputação, notificação (inclusive os Termos de Notificação relativos aos anos de 2021 e seguintes que tenham por fundamento essa a REN 909/2020), exigibilidade e/ou liquidação de penalidade por insuficiência de lastro para energia de reserva de fonte eólica e solar.

O processo segue em tramitação e sem novas atualizações desde o deferimento da liminar.